

O HOMO DIGITALIS NOS LABIRINTOS DA SOCIEDADE NEOLIBERAL

Luiz Cláudio Batista de Oliveira¹

RESUMO

O artigo propõe reflexões a respeito do *homo digitalis* e de possíveis correlações entre a sua maneira de ser e alguns dos principais aspectos que constituem a racionalidade neoliberal. Trata de indagar sobre os sentidos do neoliberalismo, especialmente como seus componentes ideológicos fazem emergir o novo sujeito homogêneo ao longo dessas duas décadas do século XXI. Discute a formação do indivíduo legitimado numa cultura de empresa, algo cultuado de maneira quase incontestável na sociedade neoliberal. Procura também salientar que tal perspectiva resulta em atitudes individualistas reveladas por meio de um constante isolamento do eu que cada vez mais se volta somente para si mesmo, pois se satisfaz porque tem ao seu alcance o aparato da tecnologia digital e todos os mecanismos que o constituem como consumidor.

PALAVRAS-CHAVE

Neoliberalismo. Sujeito. Consumo. *Homo digitalis*.

1 INTRODUÇÃO

Todo sistema social e político que faz cada um de nós ser uma ilha darwiniana e o resto da humanidade um inimigo ou rival é um monstro. (OZ, 2016, p. 82)

O presente artigo apresenta reflexões acerca do *homo digitalis* discutido por Han (2017, 2018 e 2019) e de possíveis correlações entre suas maneiras de ser e a racionalidade neoliberal tratada por Laval e Dardot (2016), Dufour (2005 e 2008), Harvey (2011 e 2014), Brown (2018), Reis (2020), Runciman (2018) e Casara (2017). A partir de pesquisa bibliográfica o artigo discute como se constitui a sociedade neoliberal, de um modo mais abrangente e, de maneira mais específica, como se fundamentam os processos que forjam o sujeito inserido nesse contexto.

Com o processo de expansão do capitalismo, em decorrência dos avanços que esse modelo político-econômico assumiu, presenciou-se uma quase que inevitável e radical influência no âmbito das relações interpessoais e na constituição do sujeito. Isso permite

¹ Graduado e mestre em filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Doutorando em educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor de Filosofia na Universidade Católica de Brasília e no Instituto São Boaventura (ISB) - DF. E-mail: luiz.claudio@bo@gmail.com.

indagar que, além de se constituir como um modelo econômico, o neoliberalismo se transformou em uma racionalidade.

Como recorte conceitual, objetiva-se discutir o neoliberalismo considerando o que Christian Laval e Pierre Dardot definem como “a grande virada”, isto é, como que, a partir das décadas de 1970 e 1980, buscou-se as respostas políticas à crise econômica e social resultante do modelo fordista de acumulação de capital. O neoliberalismo se torna ainda mais radical nas décadas referidas acima, pois foi a partir delas que surgiram conceituações e experiências com o intuito de justificar seus princípios. Torna-se necessário reconhecer também que nas referidas décadas o neoliberalismo acentuou e expandiu a subordinação à racionalidade política e social e isso atrelado à financeirização do capital globalizado.

Além disso, serão discutidas as indagações propostas por Dany-Robert Dufour para quem as incongruências do neoliberalismo instituíram o Mercado como uma espécie de grande sujeito. Seus questionamentos asseveram a decadência da concepção moderna que se fixou no reconhecimento da existência de estruturas rígidas e que de certa maneira auxiliavam o sujeito a se constituir no mundo. Para o autor em referência, a pós-modernidade tratou de diluir tal modo de ser e isso resultou no não reconhecimento do outro e na necessidade do “eu voltar-se para si” como única forma de existir.

É justamente nessa condição única e exclusiva de se voltar para si mesmo que a concepção destacada por Byung-Chul Han (2018, 2019) evidencia uma faceta do homem da racionalidade neoliberal e da sociedade digital. Esse homem sem o outro e que deseja permanecer sem o outro porque passa a entender que não precisa dele. Assim, a condição de *homo digitalis* surge como adequação a uma situação que ganha ares de normalidade. Em outros termos, a condição de *homo digitalis* passa a ser característica de uma sociedade que não percebe como significativo o contato, o espaço público como também a condição do sujeito como ser falante.

O que passa a importar, segundo as reflexões aqui propostas, é como as atitudes assumidas pelo sujeito na sociedade digital dão a ele a ideia de protagonismo social. Tal protagonismo se resume somente no fato desse sujeito atender aos apelos propostos por essa mesma sociedade. Ele se importa com a quantidade de *likes*, curtidas e seguidores. Observa atentamente se as suas ações estão de acordo com aquilo que é definido pelas redes sociais.

Na verdade, o *homo digitalis* entende que todos os seus sentimentos podem e devem ser expressos nas redes sociais e isso por si só é já indicativo de participação social.

O que o artigo pretende salientar também é a concepção de sujeito constituída pela racionalidade neoliberal e como o *homo digitalis*, de um modo ou de outro, expressa tal concepção.

Sendo assim, a proposta é compreender como o neoliberalismo, possuidor de componentes ideológicos radicais aceitos de maneira quase que indiscutível, a partir dos seus sentidos, objetivos, concepções e discursos se constitui como uma racionalidade que implica de modo onipresente na formação de subjetividades, sendo o *homo digitalis* uma expressão singular de tal ideário.

2 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Uma corporação é uma reunião não natural de pessoas a que se confere uma vida artificial para que possa cumprir sua missão. O perigo era que os seres humanos acabassem cumprindo missões determinadas pelas corporações (RUNCIMAN, 2018, p. 139).

Alguns antecedentes conceituais são relevantes para que possamos compreender de modo mais alargado as especificidades do neoliberalismo. Seu surgimento enquanto teoria de práticas políticas e econômicas se dá no continente europeu e se fez presente de modo imediato nos EUA a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.² Tal doutrina se fundamenta em contraposição ao Estado compreendido como intervencionista e de bem-estar social. Compreende-se que o Estado não é capaz de dar conta das suas responsabilidades porque

² As teorias econômicas de Friedrich Von Hayek e Ludwig von Mises dão sustentação inicial ao neoliberalismo na passagem da primeira para a segunda metade do século XX. De modo bastante sintético, cabe observar que tal concepção sustenta a ideia de o Estado não interferir no desenvolvimento do mercado. Este deve se consolidar e se expandir de modo a garantir a livre iniciativa. Segundo tal teoria, ao Estado cabe somente dar suporte legal e jurídico para que o mercado funcione de modo a prevalecer sua lógica.

As ideias de Hayek são interpretadas e ampliadas especialmente por economistas da Escola de Chicago. Já no final da década de 1960 e início de 1970 o economista norte americano Milton Friedman amplia as bases conceituais do neoliberalismo e este ganha impulso maior como teoria econômica. Os princípios neoliberais são ainda mais defendidos por parte considerável do mundo financeiro-econômico e ganha destaque especial quando fomentado e implantado nos governos do presidente Ronald Reagan (EUA) e da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher na década de 1980.

possui limitações de toda ordem e que a intervenção estatal característica do bem-estar social é uma afronta à ideia de liberdade econômica e política.

David Harvey (2014) salienta o caráter histórico e conceitual do neoliberalismo. A consideração inicial a se fazer é a de que todo pensamento que se quer dominante procura se fundamentar a partir de aparatos conceituais. No que diz respeito ao neoliberalismo tal ação é muito marcante, pois sua presença acaba sendo incorporada quase de modo inquestionável e assim ele se faz presente em praticamente todas as esferas da vida do sujeito.

Tal particularidade se deve especialmente a dois conceitos muito bem explorados e tornados fundamentais no arcabouço neoliberal: dignidade e liberdade individual. Por serem valiosos e provocarem defesas incondicionais, tais conceitos são repetidos como um mantra por seus defensores, pois objetivam sua assimilação sem nenhum tipo de contestação. Afirma-se assim que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio. Para Harvey, “O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2014, p. 13).

Para a concepção neoliberal é fundamental que o Estado não atrapalhe o andamento do Mercado³ pois esse necessita de total liberdade para se expandir e se consolidar como o único responsável pela felicidade do indivíduo. Deve sempre prevalecer a lógica do Mercado e os ditames que ele impõe para que os problemas sociais sejam superados. Disso se deduz que o espírito de democracia, compreendida aqui como o sistema político que procura atender as demandas sociais, atravança a economia porque se constitui como saque à propriedade privada. Ao Estado caberia tão somente dar suporte jurídico e legal para combater um ou outro abuso por parte daqueles que compõem o Mercado. Daí a ideia de Estado mínimo: o Estado oferta o mínimo para que o Mercado possa operar no seu máximo.

O ideário neoliberal procura defender a liberdade econômica tendo-a como a principal e única liberdade que interessa. Se for preciso formar governos totalitários em nome do econômico, isso deve ser feito, pois a democracia deve estar submetida aos ditames dos princípios econômicos neoliberais, uma vez que só estes garantem a liberdade do indivíduo.

³ Escrito aqui com “M” maiúsculo somente para que sua onipresença seja destacada e devido ao modo como é visto, ou seja, quase que como uma divindade.

A dignidade é garantida e mantida a partir do momento em que não se tem a intervenção do Mercado, pois assim será possível propagar a liberdade. Só o livre mercado sem as amarras do Estado pode conferir dignidade à vida humana. É necessário manter a dignidade à medida que são mantidas as regras fundamentais do livre mercado e do livre comércio. Esses precisam adquirir vida própria, devem ser impulsionados de modo a se manterem sempre autônomos e livres de qualquer tipo de intervenção estatal. A dignidade nesse sentido se eleva então à medida que a vida se efetiva desvincilhada de toda e qualquer presença intervencionista do Estado.

Ainda para Harvey (2014), a concepção neoliberal se apossou desses dois valores – dignidade e liberdade individual - objetivando especialmente se defender do comunismo. Era necessário justificar moralmente os ideais neoliberais e essa defesa se deu justamente com tal intuito. Tratou-se então de sustentar os fundamentos neoliberais pelo convencimento de que a intervenção estatal na vida do sujeito retiraria dele esses dois princípios fundamentais. Assim, o neoliberalismo se transforma em discurso único, hegemônico e indiscutível porque passa a ser propalado como a única maneira de resguardar a liberdade do indivíduo e de preservar sua dignidade.

Surge aqui um aspecto muito peculiar e que por isso deve se fazer presente sempre que a discussão tiver como objeto o neoliberalismo.⁴ Em sua defesa há sempre um forte componente ideológico. Isso se evidencia quando se considera, por exemplo, que a argumentação em relação aos dois princípios tratados acima é apenas justificativa para a defesa da livre iniciativa. Por se tratar de um ideário que propaga grandes desajustes sociais, ele precisa se sustentar em componentes morais e/ou ideológicos visando lograr êxito, afinal, como salienta Harvey,

A quixotesca construção de um capitalismo que pode ser ético terá de ser abandonada. No final do dia não importa saber, como apontou Adam Smith, reconhecendo o poder da mão invisível do mercado em regular os comportamentos humanos, se somos bem-intencionados e eticamente inclinados ou gananciosos e

⁴ O grupo de pensadores que inicia o movimento neoliberal tem como base as ideias liberais fundadas especialmente no contexto europeu. Tal relação se estabelece por conta do necessário vínculo com os ideais de liberdade pessoal e com os princípios de livre mercado. Tal relação remete ao período da segunda metade do século XIX. Suas conceituações procuraram dar sequência ao pensamento de Adam Smith, principalmente em relação à ideia sobre a mão invisível do mercado constituiria o mais valioso recurso para a manutenção da ideia de busca de riqueza em benefício de toda a sociedade. Vale lembrar, nesse sentido, que os princípios neoliberais se opunham fortemente às concepções do Estado intervencionista sustentadas sobretudo pelo economista John Maynard Keynes.

destruidores competitivos. A lógica da acumulação do capital sem fim e do crescimento sem fim está sempre conosco. (HARVEY, 2011, p. 224)

Torna-se então possível afirmar que o termo ‘doutrina’ é muito pertinente quando se trata de analisar o neoliberalismo. Ele se constitui como teoria econômica sustentada em um aparato ideológico visando convencer a todos os segmentos sociais de que não há outra saída a não ser a adoção inquestionável do seu modelo e dos seus princípios.

Outra contribuição relevante acerca dos componentes ideológicos do neoliberalismo é trazida por Byung-Chul Han (2019). Esse filósofo afirma que tal doutrina econômica é fomentadora de novas técnicas de poder. Para além do seu sentido primeiro, qual seja, de se constituir como teoria econômica, o neoliberalismo se apresenta como um modo de poder indubitavelmente inteligente. Trata-se assim de um sistema por demais eficiente, pois explora a liberdade – seus inúmeros sentidos – e as diversas maneiras que o ser procura para expressá-la.

A partir da consideração acerca do neoliberalismo, suas características principais, seus desdobramentos e implicações, serão realizadas discussões sobre como os processos que impõem um sujeito padronizado, vistos de modo mais abrangente, se consolidam nesse contexto das duas primeiras décadas do século XXI. A indagação recai sobre os modos como as concepções de sujeito foram afetadas a partir do momento em que o neoliberalismo passa a ser tratado como única e exclusiva forma de condução da vida humana. Trata-se de um exercício de desvelamento dos sentidos ocultos do emaranhado ideológico presente na sociedade neoliberal como condição primordial para sua efetiva crítica.

3 A LÓGICA NEOLIBERAL E O NOVO SUJEITO

Sim, agora todos são felizes, repetiu Lenina. Eles ouviram essas palavras repetidas cento e cinquenta vezes por noite durante doze anos. (HUXLEY, 1969, p. 104)

O neoliberalismo tratou de tornar homogêneo o discurso do sujeito em torno exclusivamente da empresa. Trata-se então de uma unificação daquilo que tradicionalmente se mostrou plural: a subjetividade. O nome dado a esse “novo sujeito” que emerge do contexto neoliberal é “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou ainda “*neo-sujeito*”. Conforme Dardot e Laval,

A racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. ‘Empresa’ é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 328)

O *neossujeito*, tratado por Dardot e Laval, finca suas raízes a partir do modo como ele é forjado tendo como base o discurso típico da racionalidade neoliberal, pois esta acentua a definição de uma subjetividade padronizada a partir da “cultura de empresa” cujas características se explicitam nos inúmeros modos de o indivíduo atuar.

Sendo assim, torna-se relevante relacionar tais considerações ao que é proposto nas análises de Dufour (2005). Para este autor o modelo de sociedade atual, pautado nas relações de consumo, fez aparecer o Mercado como uma espécie de novo sujeito, pois se sustenta em narrativas que colocam em relevo a mercadoria, isto é, um discurso que se traduz na ênfase à mercadoria circulando sem fronteira e isso em suposto benefício do sujeito que pode e deve consumi-la.

Torna-se necessário considerar, segundo Dardot e Laval (2016), o aparato ideológico e disciplinador a partir do qual a racionalidade neoliberal se constitui. Trata-se de discursos e argumentos que residem no âmago do ideário neoliberal. Primeiramente pode-se considerar a ênfase dada à luta ideológica que tem como alvo o Estado. Formula-se uma retórica que afirma a desobrigação do Estado e a eficiência inquestionável e sem limites do Mercado. Um dos principais argumentos desse aparato ideológico é a concepção de que o Estado é o causador de todos os males sociais. Afirma-se sem qualquer tipo de questionamento que o Estado é caro, dispendioso e para isso se faz a defesa inarredável da iniciativa e da propriedade privada.

O discurso característico da sociedade neoliberal critica a dependência do indivíduo a qualquer tipo de assistência dada pelo Estado. É como se isso se constituísse em algo reprovável, pois colocaria o sujeito em posição inferior. Visando reforçar tal argumentação, enfatiza-se a superioridade das soluções dadas pelo Mercado, destacando ainda que o trabalho, a família e a fé seriam os remédios para a pobreza e se constituiriam essas três dimensões em pilares de uma certa “democracia de proprietários”. Em outros termos, o que tal discurso sustenta é que o indivíduo é o único responsável pelo seu destino.

Essa concepção é tão marcante nesse contexto social neoliberal que

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha

por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema.” (HAN, 2019, p. 16)

Tais conceituações intencionam salientar como são fomentados certos sentimentos de risco em relação a uma vida em sociedade e, como consequência, as necessárias ações que se deve ter no sentido de se proteger individualmente contra toda possibilidade de fracasso. Desse modo, o indivíduo deve ter a ilusão de ser um produtor e não somente consumidor. Para tanto ele precisa se qualificar segundo os padrões da formação para o mercado de trabalho. Isso exige dele flexibilização, modernização, espírito aguerrido e tudo aquilo que irá torná-lo bem-sucedido no mundo do trabalho. Cabe observar que tais termos se fazem presentes em todas as esferas da vida do sujeito, do mundo do trabalho à educação.

Ainda segundo Dardot e Laval (2016), também existe o caráter disciplinador incrustado nos discursos que sustentam a racionalidade neoliberal. A disciplina torna-se uma técnica de governo típica das sociedades reguladas pelo Mercado. As argumentações nesse sentido asseveram o Mercado como realidade única e indiscutível, pois é ele o pressuposto básico para que a competição e o sucesso profissional ocorram. O responsável pela sorte e destino dos indivíduos é o Mercado e não o Estado, pois o primeiro é eficiente, justo e onipresente, além de ser o fomentador da liberdade necessária para que o indivíduo obtenha êxito em todas as suas realizações. Cabe destacar que ao Estado faltam todas as características e “qualidades” comuns ao Mercado.

Trata-se então de afirmar “O capitalismo como o único sistema capaz de proteger a liberdade individual em todos os domínios, em particular no político” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 223), uma vez que os discursos típicos da sociedade neoliberal acentuam dispositivos de Mercado a serem adotados que devem orientar as práticas individuais, ou seja, são estímulos mercantis que acentuam necessárias ações empreendedoras e arrojadas. Tais ações contribuem para um *marketing* da esfera pessoal.

Os discursos vigentes na lógica neoliberal apregoam certa naturalização do processo de privatização da vida social, onde o que mais importa é o sujeito ser transformado em algo típico da lógica de consumidor. O sujeito se transforma em consumidor de si mesmo. As famílias se transformam em consumidoras de tudo, por exemplo, de escola, uma vez que a formação acadêmica se transformou em produto, de objetos e símbolos cuja relevância e necessidade não são minimamente contestadas.

Toda essa construção semântica e conceitual do discurso neoliberal se transforma não unicamente em modelo econômico e político, mas em uma racionalidade que passou a vigorar gradativamente a partir do momento em que foi constituída. Há um poderio argumentativo fortemente marcado pela responsabilização do sujeito pelo custo social que ele representa. Além disso, há também uma privatização da conduta, pois a vida se constitui por meio das escolhas individuais, afinal, cada indivíduo deve deter e representar um “capital humano” – noção tipicamente neoliberal que faz crer a todos da responsabilidade exclusiva consigo mesmo e não com o coletivo.

A ideia de capital humano vigora nos discursos que procuram valorizar a formação profissional continuada. Observa-se a presença dessa ideologia quando se fomenta que precisamos investir em nós mesmos porque só assim nosso trabalho será valorizado pelo Mercado. Por ser transformado em capital humano, o sujeito precisa ser reinvestir em si mesmo de modo a não gerar prejuízos. As instituições de ensino – do fundamental ao universitário – se apresentam ao seu público consumidor sempre com tal apelo. Para se ter sucesso profissional e, portanto, sucesso no Mercado, é imprescindível inicialmente o investimento em si mesmo. A formação acadêmica se constitui assim em um negócio não só para quem a oferece, mas também para quem a recebe. O mote da formação como produto a ser consumido é a manutenção da ideia de que é sempre necessário reinvestir em si mesmo, pois as exigências do Mercado são infinitas e, por conseguinte, se torna cada vez mais relevante e necessário satisfazê-las.

Trata-se então de uma antropologia neoliberal que se exprime na noção do indivíduo como capital humano. Assim, dinheiro, tempo e capital humano farão parte da vida do indivíduo e são instâncias que ele deverá valorizar se deseja ser alguém de sucesso no mercado de trabalho neoliberal. Segundo Brown (2018), resta observar o modo a partir do qual

O sujeito tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. [...] O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital. (BROWN, 2018, p. 8)

Opera-se então um processo de redimensionamento constante e intenso das relações sociais e com isso são reinstaurados sistemas de controle e administração cada vez mais

sofisticados sobre a vida do sujeito. As subjetividades são controladas tendo em vista seu intuito de fazer imperar a lógica do Mercado em todas as esferas da vida, uma vez que

Os sujeitos econômicos, nesse cenário, parecem responder às demandas materiais e simbólicas da sociedade para a qual se voltam, segundo denominadores comuns de um mercado transnacionalizado e “onisciente”, que regula seus comportamentos. Um dos aspectos mais significativos desse novo ethos empresarial, entretanto, talvez seja o trabalho que o sujeito é instado a desempenhar sobre si mesmo e seu “destino”, com vistas a uma boa performance e à autovalorização que se transmuta em esforço, vigor, sucesso, eficiência. (REIS, 2020, p. 1078)

Segundo Laval e Dardot (2016), tanto governos à direita como administrações públicas representantes do espectro político à esquerda passaram a adotar discursos e práticas neoliberais. Isso porque precisam referendar e legitimar a importância inquestionável do especialista, do administrador e do gestor no lugar daquele que tradicional e historicamente se apresentou como político. A partir daí houve a consolidação da racionalidade neoliberal em todas as esferas da vida pública e da vida que ainda resta como privada. Disso se deduz que a prática disciplinadora do neoliberalismo não deixa nenhuma alternativa a não ser a de uma adaptação inquestionável a ela, pois deve-se reconhecer, acelerar e defender a primazia da empresa privada em todas as esferas da vida em detrimento de tudo aquilo que pertence ao poder público.

Desse modo, não se trata de uma lógica partidária ou de um pretexto que sustenta ações políticas, mas sim de uma racionalidade de práticas disciplinadoras que acentuam as características do neoliberalismo. Nesse sentido a exaltação do sucesso individual está sempre em vias de se ampliar e de se consolidar, pois trata-se de tornar cada vez mais sofisticadas as técnicas de governo supostamente neutras sob o ponto de vista ideológico. Sendo assim, percebe-se que

A problemática da saúde, da educação, do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos. Daí o trabalho ‘pedagógico’ que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um ‘capital humano’ que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a ‘ativar’ os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 230)

Outra concepção que pode colaborar e corroborar com as indagações até aqui enunciadas é a proposta por Dany-Robert Dufour (2005). O autor em questão salienta a possibilidade de o Mercado se constituir como um novo grande sujeito. Isso porque há uma

narrativa que o apresenta como algo indispensável para o sucesso do indivíduo, bem como inquestionavelmente necessário para que este alcance a felicidade tanto no âmbito pessoal como na dimensão profissional, até porque, na constituição da lógica neoliberal, não há divisão clara entre uma e outra dimensão.

Trata-se então de compreender como os discursos que sustentam e consolidam a lógica neoliberal concebem os desejos humanos. Para cada desejo de toda ordem haverá sempre um objeto e/ou um bem a ser consumido. Isso porque a mercadoria sempre será a solução dos problemas que porventura o indivíduo tenha. Observa-se assim que a “A narrativa da mercadoria apresenta os objetos como garantia de nossa felicidade e, ademais, de uma felicidade realizada aqui e agora.” (DUFOR, 2005, p. 76)

Desse modo, o Mercado se apresenta com sua força total, especialmente pelo fato dele ser celebrado como a única dimensão possível a ser vivenciada pelo sujeito, pois a religião, a política e todas as outras possíveis dimensões fornecedoras e propagadoras de sentidos para a vida do indivíduo entraram em declínio ou ficaram como algo para ser visto num outro momento da existência, pois o que interessa é o aqui e agora. O Mercado passa a cumprir as tarefas antes destinadas e propaladas pelos partidos políticos e pelas religiões, pois torna-se imprescindível reconhecer que

De fato, o Mercado é poderoso. Mais poderoso que os outros grandes Sujeitos que devem, pois, cada um por sua vez, se curvar diante dele. Com efeito, a globalização implica o desaparecimento ou a relativização dos Estados-nações, das Repúblicas, dos Reinos e de todo o seu equipamento de leis ditas universais que repentinamente lhes aparecem inteiramente particulares. (DUFOR, 2005, p. 80)

Além disso, deve-se destacar igualmente a força que a mercadoria ganha na vida hodierna do indivíduo. Há uma incessante espetacularização dela e isso resulta numa racionalidade que a institui como verdadeira entidade divina, afinal, a mão do mercado tudo deve conduzir assim como a mão divina em outros tempos fazia.

Deve-se considerar então que o Mercado se apresenta como aquele âmbito insubstituível, inigualável e invencível. Ele passa a fazer parte da vida do indivíduo de modo absoluto. Assim, o Mercado pode ser considerado como a racionalidade última, pois a renúncia da subjetividade crítica, da dimensão política e das relações com os fenômenos religiosos favorece de modo incontestável a exortação desse quase Deus Mercado como única e exclusiva instância onde o indivíduo se legitima.

Cabe ainda ressaltar que o Mercado como a quintessência da racionalidade neoliberal coloca o indivíduo diante de um impasse não solucionável, qual seja, a questão da fundação de um eu original. Na lógica neoliberal, o Mercado deve pelo menos deixar transparecer que o indivíduo pode tudo, pois suas ações não são outras se não as de consumo. Esse sujeito então não se realiza como abertura para o ser, algo sobre o qual a filosofia tanto salienta, a partir sobretudo das perspectivas fenomenológicas e existencialistas. Ele não questiona e ainda por cima se vê sozinho diante de uma racionalidade predeterminada, premeditada e definida como único caminho a seguir pois

O mercado apresenta os próprios atributos da divindade: ele possui a onipotência contanto que o deixem realmente agir, e se apresenta como o próprio lugar da verdade – diz-se até que o Mercado seria a única verdadeira realidade no mundo de ficção dos homens.” (DUFOUR, 2008, p. 88)

Trata-se então de perceber um dos mais cruéis resultados da racionalidade neoliberal – consumista, individualista – presente de modo cada vez mais acentuado na sociedade, qual seja, a constante tarefa de anestesiar os sujeitos antes mesmo de formá-los. As técnicas e os recursos para isso são os mais sofisticados possíveis. São apresentados como dispositivos facilitadores da árdua tarefa de existir quando, na verdade, sua adoção não objetiva outra coisa a não ser tornar o adestramento mais sutil, menos doloroso e, de preferência, imperceptível e alegre.

Considerando as argumentações até aqui apresentadas, pode-se afirmar que há manifestações de tais aspectos no *homo digitalis*. Este de várias formas encarna de modo bastante peculiar o processo de assimilação de ideias e valores instituído pela racionalidade neoliberal. Cabe destacar ainda que ele, o *homo digitalis*, não é resultado da racionalidade neoliberal, mas sua constituição expressa também as características do sujeito forjado por ela.

Sendo assim, não se trata de afirmar que o *homo digitalis* foi criado pela racionalidade neoliberal, mas sim que o seu modo de ser favorece ainda mais a radicalização de tal racionalidade, uma vez que suas ações a consolidam de maneira a torná-la irrefutável. Pode-se afirmar que a racionalidade neoliberal, nesse sentido, se serve do modo de ser do *homo digitalis* e, da mesma maneira, este favorece de modo peculiar a exacerbação dos princípios daquela.

Como desdobramento da discussão elaborada até aqui, busca-se compreender as reflexões do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2018, 2019), em especial a concepção de

homo digitalis, procurando acentuar especificamente as possíveis relações existentes entre tais concepções e a racionalidade neoliberal.

4 O HOMO DIGITALIS

O sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo. (HAN, 2018, p. 10)

Com o intuito de analisar o cenário neoliberal e buscar correlações entre este e o comportamento do indivíduo contemporâneo, busca-se em Han (2018 e 2019) algumas reflexões que possam contribuir para que seja ampliado o debate acerca dos modos de ser do sujeito típico da sociedade contemporânea. Vale lembrar que este se expressa por meio da superexposição da sua vida pessoal, do consumo, da utilização de aparatos tecnológicos e das ações que o colocam subjugado aos apelos do Mercado.

Segundo Han (2018), a sociedade digital, atrelada ao contexto da racionalidade neoliberal, trouxe inúmeros fenômenos com os quais o sujeito passou a conviver de modo acríptico e passivo, sem se preocupar com os reais significados deles.

Torna-se fundamental destacar algumas particularidades que se fazem presentes no contexto contemporâneo que, de um modo ou outro, contribuem e até mesmo reforçam a condição do sujeito voltado única e exclusivamente para si, em um distanciamento cada vez maior do seu papel como partícipe da sociedade hodierna.

Para Han (2018), a sociedade digital se caracteriza pela falta de respeito. Nela a intimidade é exposta e o que é de interesse privado se torna público. Há uma confusão quanto ao que é de interesse público e o que deve ser visto como privado. Ainda para Han, não há respeito, pois esse está diretamente relacionado ao nome e na sociedade digital isso é o que menos importa, pois enfatiza-se a dimensão de exterioridade que resulta no apagamento da interioridade e da singularidade. Nesse sentido, o filósofo sul-coreano observa que

As redes sociais se mostram como espaços de exposição do privado. A mídia digital como tal privatiza a comunicação, ao deslocar a produção de informação do público para o privado. [...] Não teríamos mais hoje qualquer esfera em que eu não seria uma imagem, em que não haveria nenhuma câmera. (HAN, 2018, p. 13)

Porém, segundo Han (2018), essa confusão entre o que é público e o que é privado não agrega e nem promove a efetiva participação do indivíduo em ações políticas, econômicas ou

sociais. Pelo contrário, as facilidades oriundas das ferramentas tecnológicas permitem a liberdade de expressar-se nas redes sociais sem que isso demande participação social efetiva do sujeito e, muitas vezes, sem exigir que ele se responsabilize pelo teor das postagens feitas.

Quando os posicionamentos desse sujeito estão relacionados a algo que expressa indignação, contenta-se em somente ficar indignado e não se importa com o fato de tal sentimento não se converter em ações efetivas. A indignação, por si só, não nos leva à ação. Nesse contexto, não há um sentido de “nós”, pois não há diálogo e quando esse ocorre não necessariamente resulta em algum sentido de coletividade. O mundo digital lembra a todos que é possível sim se indignar, mas isso não significa ação efetiva. Fica-se indignado nas plataformas e redes sociais, mas somente nelas e não para além delas.

Relaciona-se a isso a condição e a possibilidade de o indivíduo fazer parte do que Han (2018) denomina como sendo o enxame. Fazer parte do enxame significa estar “seguro” e alinhado aos padrões considerados universais e ditados pelo ambiente externo. Nesse contexto, percebe-se o movimento de deixar-se levar pelo pensamento comum, generalizado, em detrimento do pensamento crítico, de um gesto de introspecção, independente, elaborado e refletido, pois ser diferente, a não ser que esse “ser diferente” possa ser vendido, é considerado estranho, fora do padrão e, conseqüentemente, algo negativo sob a ótica do Mercado e da sociedade neoliberal.

No enxame o que se escuta é o barulho e não a voz de cada um. Ele se constitui de indivíduos singulares e isso reforça a ideia de que não há importância de os mesmos ficarem sem voz. No enxame não é necessário ouvir e nem falar. Isso porque não há nem mesmo encontros no espaço público. Tudo que apela para a ocupação de um lugar parece estranho ao sujeito do enxame. A ideia forjada no enxame e pelo enxame é que é estranho se encontrar com alguém, como é estranho se dispor a ouvir alguém e até mesmo ser ouvido por alguém.

Trata-se então de não considerar a instância do diálogo como reveladora de novos sentidos para o sujeito. Por conta disso, não se percebe e nem se deseja a possibilidade do exercício da crítica já que essa se realiza justamente por meio da postura dialógica, da abertura ao outro que é reconhecido quando a palavra é com ele partilhada.

Outro ponto salientado por Byung-Chul Han (2018) é o sentido de temporalidade. A sociedade digital se configura num tempo presente. Ela só é tempo presente. Se não é presente não é. Em outros termos, o tempo se converte sempre e absolutamente em tempo

de trabalho. Assim como o tempo, o lugar se converte em lugar de trabalho. Torna-se possível então deslocar o ambiente de trabalho e isso mantém o sujeito constantemente ocupado. E estar ocupado é o que se deseja, pois assim não se torna necessário pensar no eu, no nós e nem no outro.

O sujeito “*solus*” passou a vigorar em substituição ao homem “*socius*”. O coletivo cedeu espaço para o individual. Não é necessário responder pelo comunitário. Não há a responsabilidade pelo outro, pois ele acaba não existindo ou, se existe, é só um número catalogado em curtidas nas redes sociais ou quando muito relacionado na caixa de contatos. Volta-se assim a atenção somente para si mesmo e não para o social ou para aquilo que a todos pertenceria. As relações fundadas na sociedade digital impõem reconhecer que

Hoje somos, de fato, livres das máquinas da época industrial, que nos escravizavam e nos exploravam, mas os aparatos digitais, produzem uma nova coação, uma nova exploração. Eles nos exploram ainda mais eficientemente na medida em que eles, por causa da sua mobilidade, transformam todo lugar em um lugar de trabalho e todo o tempo, em tempo de trabalho. (HAN, 2018, p. 64)

Segundo a análise de Han (2017), vivemos a ditadura da transparência. Tudo tem de estar aberto e acessível a todos. Mesmo aquilo que seria privado deve ser disponibilizado para os demais. Assim, não falamos de “verdades” como tão bem acentua a filosofia em sua dimensão plural, mas de uma só verdade que deve ser dita, entendida e adotada. Na sociedade da transparência, modo de ser típico da sociedade digital, não é necessário buscar a verdade. Ela já está dada e pode ser facilmente acessada nas inúmeras plataformas. O resultado disso é que não se torna necessário o exercício da reflexão, atitude característica de mentes que buscam indagar as verdades, seus sentidos e possibilidades.

Do mesmo modo torna-se desnecessário cultivar a interioridade, de onde brotam análises sobre si mesmo e questionamentos acerca da sociedade e do outro. Tudo está definido pelo âmbito externo. Não há necessidade da dimensão introspectiva que se renova a cada contato, a cada leitura de mundo, pois o que importa é tão somente atender ao que é definido de maneira imperativa por instâncias externas. Torna-se então inviável, desnecessário e inútil o apelo feito, por exemplo, pela filosofia, compreendida aqui de modo mais amplo, quando esta enfatiza a relevância da atitude de o ser vislumbrar inúmeras possibilidades de ressignificar o mundo e a si mesmo.

Outro aspecto a ser considerado é o da própria noção de política. Perdura a ideia de que é possível uma democracia desideologizada, ou seja, optou-se pela substituição dos

políticos pelos administradores, especialistas e gestores. Estes, por serem reconhecidamente capazes de administrar, devem tomar o lugar do político, afinal, não se tem a noção de polis inaugurada pelos gregos e referendada pela tradição ocidental. Na sociedade digital não faz mais sentido o discurso político. Não há mais tempo para ouvi-lo. O discurso pode ser facilmente substituído pelo toque rápido na tela que nos levará, com o mínimo de caracteres possível, a um ambiente já descrito e prescrito pelas mãos nem tão invisíveis dos programas, aplicativos e plataformas digitais.

Na ausência e até mesmo na eliminação da dimensão política, o homem que pensa o futuro e no futuro é substituído pelo homem do consumo que toma atitudes instantâneas, pois não vê necessidade de reflexão, avaliação e julgamento. O consumo é atitude solitária mesmo quando é feito em meio à multidão. O ato de consumir se efetiva em prol de atender a um desejo individual. Não há nele a consideração pelo coletivo, pois o outro nem é percebido e muito menos reconhecido. Consumir é atitude que traz alívio quanto à responsabilidade pelo todo social. De cidadão pretensamente consciente passa-se à condição de consumidor compulsivo e ativo, pois deseja-se resolver somente os problemas individuais, não havendo, portanto, espaço nem tempo para se pensar questões que dizem respeito ao coletivo. Não se torna necessária nenhuma atitude crítica pois

O fazer compras não pressupõe nenhum discurso. O consumidor compra aquilo que lhe apraz. Ele segue as suas inclinações individuais. O *curtir* é o seu lema. Ele não é um cidadão. A responsabilidade pela comunidade caracteriza o cidadão. Ela falta, porém, ao consumidor. Na *ágora* digital, onde local de eleição e mercado, *polis* e economia se tornam o mesmo, eleitores se comportam como consumidores. (HAN, 2018, p. 120)

Cabe aqui uma observação em relação ao quase aniquilamento da instância política e, em decorrência disso, a ênfase dada à concepção que assegura serem os problemas resolvidos pela via da administração e/ou do especialista. Tal argumento possui forte teor da ideologia vigente na racionalidade neoliberal. O conceito de pós-democracia, por exemplo, contribui para a compreensão daquilo que se constitui a sociedade neoliberal. Isso porque

Na pós-democracia, a liberdade intocável é apenas a que garante a propriedade privada, a concentração dos meios de comunicação de massa, a fabricação de 'próteses de pensamento' – televisores, computadores, smartphones etc. – capazes de substituir cidadãos por consumidores acríticos, a acumulação de bens, os interesses das grandes corporações e a circulação do capital financeiro. (CASARA, 2017, p. 30)

A afirmação de que não é mais necessário o âmbito político e sim tão somente o aprimoramento das técnicas de administração, resulta em abolir de uma vez por todas os espaços de discussão, de enfrentamento e de desejos a serem pautados numa sociedade que deve ter em seu horizonte a perspectiva de acolher as diferentes tendências que as constitui. Tem-se assistido de modo incessante a tomada do espaço público pelo interesse privado. Tal ação é parte essencial do discurso fundamentalista neoliberal, uma vez que

Ao tornar-se hegemônica, a razão neoliberal levou ao abandono da noção de Estado Democrático de Direito, que ainda sobrevive no campo retórico, mas que se tornou um produto, sem conteúdo, ultrapassado pela realidade. É esse conjunto de representações, símbolos, imagens, visões de mundo e práticas que elevam a mercadoria e o capital financeiro aos únicos valores que realmente importam. (CASARA, 2017, p. 179)

Tal concepção se aproxima da afirmação de Dufour quando este afirma que

É a partir dessa renúncia do político que o Mercado pode triunfar e aparecer como uma força incoercível e imprevisível que pode tudo produzir: tanto um desenvolvimento sem precedente de certas regiões (por exemplo, a assombrosa nova Xangai) quanto uma paisagem devastada (por exemplo, a Argentina). (DUFOUR, 2005, p. 84)

Tratamento especial em relação a essa questão é dado por Runciman (2018). Ele pergunta sobre as relações existentes entre os atuais sentidos de democracia e os significados das chamadas revoluções tecnológicas vivenciadas no início desse século. Para esse autor há uma correlação profunda entre aquilo que tradicionalmente se entendeu como espírito democrático e os comportamentos ditados de modo imperativo pelas redes sociais. Basta observar, por exemplo, que

As redes sociais conferiram uma aparência de falsidade à democracia representativa. As versões falsas que existem na internet nos parecem mais reais. Por enquanto, destruímos uma coisa sem saber como substituí-la. O único substituto que temos é uma versão esvaziada do mesmo que tínhamos antes. A máquina perdeu. A máquina venceu. (RUNCIMAN, 2018, p. 161)

É em tal contexto que se encontra o *homo digitalis*. Ele se faz como aquele que vive em meio à massa. Opta por ser absorvido pela massa porque abdica de todo e qualquer sentido de presença própria no mundo. O viver massificado traz um certo ar de contentamento para esse tipo de ser, pois assim ele não precisa se sentir responsável por nada. Cabe lembrar que o *homo digitalis* não se vê como habitante da *polis*. Esta é vista, quando é vista, como uma mera instância conceitual revestida de caráter metafísico que não diz respeito a nada de concreto para ele.

Trata-se, portanto, de reconhecer que o *homo digitalis* não se articula como interioridade, como reflexão. O que lhe importa são somente as dimensões que implicam em sua exterioridade. Assim, ele busca adotar a lógica de auto exploração que se torna cada vez mais acentuada nos tempos atuais. Trata-se de um ser que se regozija pela exploração de si mesmo sem que isso lhe pareça mecanismo de dominação.

O *homo digitalis* não se concebe como aquele que ocupa os espaços públicos. Em um contexto em que o que determina a vida do sujeito é o “eu sozinho”, a solidariedade, o respeito, a alteridade e o afeto desaparecem. Ganha lugar assim um modo de agir que se torna privatização ao invés de comunhão e/ou socialização. No modo de ser do *homo digitalis* opera-se um fechamento do eu em si mesmo, não havendo espaço para a presença do outro.

Um outro aspecto a ser considerado que salienta a maneira de ser do *homo digitalis* é a sua insistente e constante atitude de somente se informar, pois não percebe a possibilidade de formar-se a partir de si mesmo e do outro. A busca pela compreensão crítica, tão cara àquele que deseja superar os sentidos já dados, não se efetiva no horizonte do *homo digitalis*. Considerando os modos a partir dos quais ele se constitui, cabe sempre perguntar se

Seria hoje o agir, naquele sentido enfático, ainda possível? O nosso fazer não estaria entregue àqueles processos automáticos que também não se deixam mais interromper por meio de um milagre do novo começo radical e nos quais não somos mais sujeitos de nossas decisões? A máquina digital e a máquina do capital não se uniriam em uma sinistra aliança que aniquilaria completamente uma tal liberdade? (HAN, 2018, p. 60)

Torna-se então possível asseverar que se trata de adotar uma postura – a não ação – tipicamente neoliberal, qual seja, reforça-se a ideia da constituição de uma sociedade cuja positividade é total, pois evita e faz retrair qualquer forma de resistência aos modos de ser já legitimados. Outro aspecto relevante nesse caso é que se trata de evidenciar o imperativo neoliberal do desempenho, pois sem se preocupar em agir a partir de si mesmo, todo o tempo de que dispõe o *homo digitalis* se transforma em tempo de trabalho. Todo lugar ocupado por ele também se faz como lugar de trabalho. Isso porque o aparato digital que possui e do qual lança mão permite que ele trabalhe em qualquer tempo e em qualquer lugar.

Sendo assim, o *homo digitalis* cujas raízes se acham muito bem fincadas no contexto neoliberal, cuja maneira de ser consolida ainda mais tal racionalidade, não se dispõe a discernir o que lhe é próprio e peculiar e o que é simplesmente predeterminado por vozes e braços concreta e simbolicamente constituídos fora de si.

Esta ausência de esclarecimento – usando aqui um termo caro aos filósofos da Escola de Frankfurt⁵ - se dá em virtude da falta do exercício do espírito crítico. Não há no *homo digitalis* nenhuma disposição em instaurar leitura própria de mundo. Falta-lhe a percepção quanto à possibilidade de ser-no-mundo conforme, por exemplo, a perspectiva fenomenológica sugere.

Essa condição – de ser-no-mundo – favoreceria o sentido de habitar o mundo de modo próprio, de apropriar-se de uma maneira de ser que revelaria primordialmente formas autênticas de agir e de se relacionar com os demais seres. Tal constatação sugere, no entanto, que os modos de ser do *homo digitalis* não vislumbram instaurar sentidos próprios a partir de si mesmo e das possíveis relações a serem inauguradas. O *homo digitalis* não se dispõe a criar espaços afetivos onde a atitude dialógica poderia se tornar algo corriqueiro e revelador de significações próprias e autênticas.

O *homo digitalis* visto a partir das argumentações apresentadas até aqui, torna-se, portanto, a expressão mesma do sujeito definido pela racionalidade neoliberal. Tal sujeito expressa as determinações, preceitos e sentidos resultantes de um longo, incessante e intenso processo de racionalização unívoca, determinista e totalitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis-me, portanto, sozinho na terra, tendo apenas a mim mesmo como irmão, próximo, amigo, companhia. O mais sociável e o mais afetuoso dos humanos

⁵ A Escola de Frankfurt notabiliza-se pela teoria da crítica social. Dentre seus inúmeros representantes cabe ressaltar aqui a relevante contribuição proposta por Adorno. No ensaio “*Teoria da semicultura*” este filósofo discute os sentidos da formação cultural. Ela se constitui em semiformação e resulta, porque ocorre no plano da socialização, da própria formação cultural. A semicultura se dá na presença do espírito alienado e se direciona à barbárie. Ela se tornou dominante e cada vez mais se fortalece por conta do seu aparato ideológico. Trata-se de uma incessante monopolização da formação cultural de uma sociedade cujo processo de desumanização foi desencadeado pelo modelo capitalista de produção. Articulado a essa ideia está o conceito da indústria cultural que radicaliza o caráter de mercadoria da formação cultural. A indústria cultural perpetua a situação de semicultura porque pré-determina estruturas às quais o indivíduo deve se submeter se deseja a formação ditada por ela. Repercuta na vida do espírito e na dimensão sensorial porque se trata de uma racionalidade que se apresenta de maneira irracional. Corresponde dizer que a semicultura se efetiva a partir da ditadura da mercadoria. Ela se propõe a se expandir cada vez mais e nessa expansão se dá a sua própria aniquilação. Trata-se, portanto, de um amplo e irrefreável processo de reificação da consciência alimentado pelo que Adorno denomina de narcisismo coletivo. Disso resulta a impossibilidade da experiência da subjetividade. O sujeito se conforma de modo acríptico diante de tudo aquilo que é determinado pela semicultura que a indústria cultural contribui para tornar vigente.

dela foi proscrito por um acordo unânime.
(ROUSSEAU, 1995, p. 23)

O artigo tratou de acentuar algumas das inúmeras problemáticas decorrentes da racionalidade neoliberal. Procurou destacar inicialmente como o ideário neoliberal se propõe a ser o único e exclusivo modo de pensar e conduzir as relações econômicas e de produção. A discussão considerou que mais do que tratar da concepção econômica e política, o neoliberalismo se efetiva como uma racionalidade indiscutível porque promove o sujeito de modo padronizado.

Além disso, dada à ampliação dos diversos modos de o neoliberalismo se fazer como discurso único, o artigo procurou discutir as maneiras, nem sempre percebidas em sua amplitude, a partir das quais a ideologia neoliberal torna-se imperativa. Isso porque a lógica de Mercado, típica do neoliberalismo, acaba sendo transferida para as relações interpessoais e passa a ser onipresente nas relações do sujeito.

A argumentação proposta tratou também de salientar como os valores da racionalidade neoliberal reproduzem alguns dos principais aspectos próprios à dimensão empresarial que se desdobram nas relações de consumo. Buscou-se assim destacar como a racionalidade construída e mantida pela lógica neoliberal se estrutura de modo a fazer prevalecer os princípios inquestionáveis das relações comerciais e de trabalho não reflexivo.

Das conceituações realizadas, pode-se concluir que a racionalidade neoliberal se apresenta e prevalece como sendo algo incontestável. Isso porque toda a sua implantação e seus modos de proceder sempre estiveram calcados em fortes apelos ideológicos.

Outro ponto a ser destacado como conclusão da discussão proposta, é a constatação que o *homo digitalis* transita com desenvoltura no contexto em que a racionalidade neoliberal impera. Ele se edifica cada vez mais em um belo modelo de como se deve comportar em um ambiente que não fomenta contestações. Basta a ele sobrevoar as infinitas, sutis e sofisticadas ofertas que as redes sociais apresentam, pois sua “presença” será legitimada pelas curtidas que ele dará e que seus “amigos virtuais” darão sobre ele.

Somado a isso, pode-se considerar também o consumo exacerbado como um dos principais aspectos que resulta num certo estado de letargia dos indivíduos. Isso porque são provocados variados sentimentos tais como insegurança, impotência e frustração caso o sujeito não acompanhe o ritmo frenético das determinações indiscutíveis impostas pelo Mercado.

Ao *homo digitalis* cabe, portanto, uma tarefa bastante peculiar, se é que ele se dispõe a cumprir alguma: dar continuidade e sustentação a um modelo de vida que tende cada vez mais a eliminá-lo enquanto sujeito crítico. Isso se em algum momento ele desejou ser assim.

Ao invés de se lançar no mundo à procura de singularidades, em busca de modos de ser autênticos, ele, o *homo digitalis*, opta por maneiras de existir que se sustentam em estereótipos pré-concebidos e legitimados e por isso aceitos no meio em que vive. Agindo dessa forma, fará aquilo que já se espera dele e não terá o trabalho de se abrir ao novo nem muito menos de ser, sentir e se relacionar de modo autêntico com o outro.

A compreensão crítica, cuidadosa e abrangente dessa problemática poderá levar a discussões mais amplas acerca dos seus desdobramentos e implicações, resultando assim no reconhecimento quanto à necessidade de análises acerca dos significados da racionalidade neoliberal, das determinações impostas por ela e da constituição do *homo digitalis*.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Teoria da semicultura**. Trad. de Newton Ramos deOliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. Revista "**Educação e Sociedade**" n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, p. 388-411. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/ano/mes/teoria.htm>, acesso em 27 de março de 2021.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Trad. Juliane Bianchi Leão. - São Paulo, SP: Zazie, 2018.

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**. Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. – Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. – São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Trad. Sandra Regina Felgueiras. – Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud, 2005.

DUFOUR, Dany-Robert. **O divino mercado**. A revolução cultural liberal. Trad. Procópio Abreu – Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud, 2008.

HAN, Byung-Chul. **O enxame**. Perspectivas do digital. Trad. Lucas Machado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. – Belo Horizonte, MG: Âyiné, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Trad. Enio Paulo Giachini – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Pechanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral. – 5ª ed. – São Paulo, SP: Loyola, 2014.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Trad. Felisberto Albuquerque. 11ª ed. – Rio de Janeiro, RJ: Brail, 1969.

OZ, Amós. **Como curar um fanático: Israel e Palestina, entre o certo e o certo**. Trad. Paulo Geiger. – São Paulo, SP: Companhia da Letras, 2016.

REIS, Diego dos Santos. A arte neoliberal de governar e a teoria do capital humano: perspectivas críticas em educação e trabalho. **Revista Interinstitucional Artes de educar**. Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 3, p. 1076-1093, setembro/dezembro, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54596>, acesso em 28 de janeiro de 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os devaneios de um caminhante solitário**. Trad. Fúlvia Mara Luiza Moretto. 3ª ed. – Brasília, DF: UnB, 1995.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Trad. Sérgio Flaksman. – São Paulo, SP: Todavia, 2018.

The Homo Digitalis in the Labyrinths of Neoliberal Society

ABSTRACT

The article offers reflections about the *homo digitalis* and possible correlations between his way of being and some of the main aspects that constitute neoliberal rationality. It tries to inquire about the meanings of neoliberalism, especially how its ideological components make the new homogeneous subject emerge throughout these two decades of the 21st century. Discuss the formation of the legitimate individual in a company culture, something that is almost indisputably worshiped in neoliberal society. It also stresses that this perspective results in individualistic attitudes revealed through a constant isolation of the self that increasingly turns only to itself, because it is satisfied and it has at its fingertips the device of digital technology and all the mechanisms that combine it as a consumer.

Keywords: 1. Neoliberalism 2. Subject 3. Consumption 4. *Homo digitalis*.

El Homo Digitalis en los Laberintos de la Sociedad Neoliberal

RESUMEN

El artículo propone reflexiones respecto al *homo digitalis* y a las posibles correlaciones entre su manera de ser y algunos de los principales aspectos que constituyen la racionalidad neoliberal. También trata de indagar sobre los sentidos del neoliberalismo, especialmente como sus componentes ideológicos hacen emerger el nuevo sujeto homogéneo a lo largo de las dos décadas del siglo XXI. Además, discute la formación del individuo legitimado en una cultura de empresa, hecho venerado de manera casi incontestable en la sociedad neoliberal. Definitivamente, pretende destacar que tal perspectiva resuelta en actitudes individualistas reveladas por medio de un constante aislamiento del yo, lo cual cada vez más se vuelve

solamente para sí, pues lo mismo se satisface teniendo a su alcance el aparato de la tecnología digital y todos los mecanismos que lo conforman como consumidor.

Palabras clave: 1. Neoliberalismo 2. Sujeto 3. Consumo 4. *Homo digitalis*.

Recebido em: 31/01/2021

Aceite em: 09/06/2021